

PELA REVOGAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

24 DE AGOSTO É O DIA D CONTRA O NEM

O Sepe convoca os profissionais de educação e o conjunto das comunidades escolares e sociedade civil a entrarem na luta pela revogação da lei 13.415/2017, que criou o Novo Ensino Médio (NEM).

No dia 24 de agosto, faremos o Dia D Contra o NEM, com debates nas escolas da rede estadual RJ para explicar à comunidade escolar os graves problemas que a implementação desse programa já está causando na rede. *No dia 27 de agosto, às 10h, o Sepe realiza assembleia híbrida da rede estadual (local a confirmar) para discutir a resistência ao NEM e outros importantes temas.*

A Reforma do Ensino Médio foi uma medida autoritária que interrompeu, em 2016, o debate que estava ocorrendo em torno da reformulação do Ensino Médio e da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação. O NEM é um ataque articulado do grande capital contra a educação pública de qualidade, visando reduzir o investimento no ensino público e privatizar enormes segmentos da educação, favorecendo grupos econômicos. Lembrando que o mesmo ocorreu em relação às leis trabalhistas com a reforma trabalhista de 2017, que destruiu a CLT; e com a reforma da previdência social – todos ataques feitos no governo golpista de Temer e aprofundados pelo governo Bolsonaro.

Aqui no estado do Rio de Janeiro, a SEEDUC começou a implementar o NEM em 2022 e, desde o início do processo de discussão sobre a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que culminou na proposta do novo ensino médio, vem se recusando a promover o debate amplo com a comunidade escolar

– afinal, esse debate mostraria as mazelas que esse projeto causará para a formação dos alunos.

Lembramos que o Sepe participou do Grupo de Trabalho com a SEEDUC, visando discutir exatamente esses problemas e, durante o processo, reivindicamos a discussão profunda com os pais, estudantes e sociedade.

Tais questionamentos desaguaram na aprovação pela Assembleia Legislativa (ALERJ) de um projeto de lei que suspenderia a implantação do NEM até 2023. Mas o governador Cláudio Castro, submetido aos interesses do governo federal, vetou a totalidade do PL.

**DIA D DA LUTA
CONTRA O NEM:**

Debate nas escolas sobre o
Novo Ensino Médio.

24/08

**Vamos discutir todos os graves
problemas da implantação do NEM.**

Campanha contra o
Novo Ensino Médio

Propostas aprovadas na assembleia de 08/08

- Pela Revogação do NEM (lei 13.415/2017);
- Mobilização nacional e proposta popular: mobilização nacional para derrubar o NEM e lutar pela implementação de uma proposta popular de educação;

- Movimento PNL D: o SEPE deve se fazer representar no Movimento PNL D (Plano Nacional do Livro Didático);
- Aprovar a indicação de conselheiro do Sepe para o Conselho Estadual de Educação (CEE).

**Inscreva-se para a Assembleia Híbrida da Rede Estadual
no dia 27/08 (sábado) às 10h; acesse aqui para se inscrever.**

O que questionamos no Novo Ensino Médio

- Falta de debate com a comunidade escolar;
- Calendário apertado da SEEDUC;
- Unificação de disciplinas com a consequente redução da carga horária e empobrecimento do ensino;
- Exclusão social e educacional dos estudantes das escolas públicas;
- Redução da parte comum do currículo, com as redes de ensino passando a oferecer no máximo 1.800 horas, ao invés das 2.400 horas que eram oferecidas antes;
- Falta de transparência sobre os “itinerários formativos” e distribuição da carga horária;
- Falta de exigência de formação pedagógica para o exercício do magistério;
- O NEM vai causar desemprego e aprofundar ainda mais a precarização da profissão;
- As unidades escolares não têm estrutura para realizar todos os itinerários formativos;
- Tais itinerários vão significar o fim de disciplinas fundamentais para a formação de estudantes participativos e entendedores do seu papel na sociedade;
- Torna não obrigatório o oferecimento no ensino

médio das disciplinas que compõem atualmente a matriz do Ensino Médio Regular, com exceção de Língua Portuguesa e Matemática;

- A carga horária das disciplinas, cujo oferecimento deixou de ser obrigatório, está sendo reduzida, o que provoca desemprego para a categoria e a piora do ensino;

- Vão deixar de ser ofertadas nos três anos do ensino médio: Biologia, Química, Física, História, Geografia, Filosofia, Arte, Educação Física, Língua Estrangeira 1, Língua Estrangeira 2 e Sociologia;

- A não obrigatoriedade dessas disciplinas fará com que professoras “sobrem”, sendo forçados a lecionar outras matérias;

- O NEM permite a transferência de recursos da educação pública para empresas privadas e organizações sociais, em um desvirtuamento total do sistema de educação;

- O NEM permite convênios com instituições de educação à distância: 80% das aulas da EJA, 30% das aulas do noturno e 20% das aulas do diurno poderão ser oferecidas via remota – mais um item que causa desemprego e piora na qualidade de ensino.

GT DO SEPE ENTREGOU RELATÓRIO SOBRE O NEM À SEEDUC

Em abril de 2021, o Grupo de Trabalho (GT) formado pelo Sepe para discutir o processo de implantação Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio (NEM) pela SEEDUC apresentou um relatório sobre o andamento do processo, criticando a falta de transparência do governo estadual e do debate democrático com os principais interessados: profissionais de educação, comunidades escolares e sociedade civil. O GT do Sepe foi organizado em assembleias da rede estadual e, durante o ano de 2021, foram promovidas reuniões e plenárias para discutir o assunto e o seu resultado foi levado para debate nos fóruns apropriados e nas escolas – o relatório completo está no site do Sepe.

FORMAÇÃO PARA TRABALHO VEM DOS TEMPOS DA DITADURA MILITAR

De acordo com relatório do GT, a questão da formação dos alunos para o trabalho já era uma visão respaldada pela ditadura militar, traduzida pela Lei 5692/1971, que tornou obrigatória a oferta do ensino profissionalizante, dificultando o acesso dos filhos dos trabalhadores ao ensino superior.

O relatório aponta que, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a priorização do ensino fundamental foi feita em detrimento do ensino médio pela via do financiamento compulsório com a instituição do FUNDEF, além da implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). No governo Lula, com o apelo da empregabilidade, surge a proposta do Ensino Médio Inovador (EMI) no contexto da implementação das ações voltadas ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO

O governo Dilma apresenta a reformulação do ensino médio dentro das propostas do programa “Pátria Educadora” e de iniciativas de estruturação do Sistema Nacional de Educação. Um dos grandes investimentos deste governo é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (PRONATEC), estabelecido pela Lei 12.513/2011, que pretendia a ampliação da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica por intermédio de programas, projetos e ações de assistência técnica – financeira. O PRONATEC, na sua estruturação

utilizava-se da rede federal de ensino e de parcerias entre o público e o privado.

Neste período temos o fortalecimento de uma pauta de mudanças na educação baseadas numa concepção mercantilizante, gerencialista e tecnicista que tem como pressupostos a meritocracia e a privatização. Esse movimento é apoiado por fundações e organizações mantidas pelo setor empresarial, atuando diretamente junto ao MEC e ao CNE.

Logo após o impeachment de Dilma Rousseff, o ensino médio foi alvo de mais uma reforma no governo Temer, iniciada com o itinerário normativo e com a limitação da flexibilidade proposta pela reforma anterior.

Para o GT do Sepe, a implementação do período integral das escolas de ensino médio é contraditório, pois muitos estudantes entre 15 e 17 anos dividem sua rotina entre o trabalho e o estudo. A divisão da carga horária do currículo, 60% das matérias obrigatórias e 40% para a área de aprofundamento, que o aluno irá escolher não leva em consideração a realidade da maioria das escolas, principalmente as públicas.

ESCOLAS PÚBLICAS NÃO ESTÃO PREPARADAS E ALUNOS TERÃO PREJUÍZOS IRREPARÁVEIS

A condição precária das escolas públicas poderá levar os jovens a procurar instituições privadas de ensino. A oferta de, pelo menos, um dos itinerários formativos flexibiliza a precarização do ensino onde colégios, principalmente da rede pública, situados em regiões pobres poderão em sua maioria realmente oferecer apenas um itinerário. Como estas regiões contam com poucas escolas, o aluno teria que se deslocar para outra unidade escolar.

Estes itinerários agravam as desigualdades no acesso à educação de qualidade, na medida em que caberá aos sistemas de ensino definir o que eles vão e o que não vão oferecer em termos de itinerário formativo. Isso significa que os estudantes das cidades menores, dos lugares e escolas pobres, não terão acesso a alguns dos conteúdos hoje considerados obrigatórios para todos.

É preciso assegurar o direito do estudante de aprender todas as disciplinas pela oferta de uma escola de qualidade para todos.

SEEDUC IMPLANTOU O NEM SEM FAZER DISCUSSÃO



Continuação da página 3: No Rio de Janeiro, aponta o relatório do GT do Sepe sobre o NEM, o alto índice de desemprego no estado com a crise originada pela pandemia do coronavírus fez com que muitos jovens tivessem que procurar meios alternativos e informais para sobreviver.

Na Educação, mais de 60% dos alunos não conseguiram acessar as atividades à distância da SEEDUC por não terem acesso à internet ou por não terem internet e equipamentos de qualidade.

Foi neste contexto que o governo estadual implementou o NEM, sem um amplo debate com a comunidade escolar. O governo estadual e a SEEDUC constituíram, em 2020, a Comissão Pró-BNCC e, em janeiro de 2021, foi disponibilizado um questionário para os profissionais de educação como forma de consulta pública, além de uma reunião realizada pelo órgão com o Conselho Estadual de Educação (CEE).

Na visão do GT do Sepe, tratou-se de um engodo para legitimar o documento e dizer que a comunidade escolar foi ouvida. Mesmo tendo uma correlação de forças desigual dentro do CEE, nossa representação dentro deste espaço questionou a respeito da inexistência da participação da comunidade escolar na construção do texto.

A manutenção do cronograma de implementação por parte da SEEDUC não levou em consideração o contexto da pandemia no Rio de Janeiro e a necessária participação de professores, estudantes e do restante da comunidade como um todo na reformulação do currículo. As consultas públicas foram realizadas de forma virtual, o que impossibilitou o debate e tornou o processo apenas burocrático.

JORNAL EXTRA DENUNCIOU REVOLTA DE COMUNIDADE ESCOLAR CONTRA O NEM

Segundo matéria da Coluna Extra, Extra do Jornal Extra, publicada no dia 11 de agosto, o início da implantação do NEM no Ciep Ulysses Guimarães (Jacarepaguá) causou revolta de toda a comunidade escolar.

Na reportagem, professores, pais e alunos reclamam da falta de transparência na transição imposta pela SEEDUC, que retirou a toque de caixa matérias que não fazem parte do currículo de disciplinas propostas pelo novo ensino médio, mas que serão aplicadas no ENEM.

Desta maneira, disciplinas como filosofia, sociologia, história, química, biologia, física, espanhol, inglês, geografia e educação física ficarão de fora em

determinadas séries do currículo escolar. Segundo a denúncia, no cronograma de 2022, as aulas de filosofia já foram retiradas da grade. Para 2023, sairão sociologia, educação física e língua inglesa. Em 2024 devem sair biologia, física, química, geografia e história.

Quando professores da unidade cobraram da secretaria sobre a reposição das matérias que serão retiradas, receberam como resposta que elas seriam substituídas por um "itinerário". Além de uma carta de repúdio, alunos e professores já começaram a colher assinaturas para um abaixo-assinado contra a implantação do NEM.

Participe do abaixo-assinado contra o NEM

O Sepe disponibiliza, pela plataforma Avaaz, este abaixo assinado contra a implementação da Reforma do Ensino Médio SEEDUC no Rio de Janeiro.

Mais de 6 mil pessoas já assinaram o documento.

Assine você também!

Acesse a petição online pelo link: <https://tinyurl.com/54536b3e>

ALGUNS MANIFESTOS DE COLÉGIOS ESTADUAIS CONTRA O NEM

PROFISSIONAIS DO C.E. PREFEITO MENDES DE MORAES FAZEM MANIFESTO CONTRA O NOVO ENSINO MÉDIO
junho 6, 2021
Os profissionais de educação do Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes se posicionaram, em um manifesto, contra a escolha do material didático para 2022, já tendo como base a nova reforma do ensino médio. Leia o documento:
Os professores e professoras do Colégio Prefeito Mendes de Moraes vêm apresentar seu repúdio à escolha do material didático para 2022 sob a égide do chamado "Novo Ensino Médio", contrariedade em um processo não foi possível uma participação efetivamente democrática por parte da categoria dos profissionais de educação.
O "Novo Ensino Médio", além de precarizar em muito a carreira docente, pois determina que um único professor, com uma formação superior específica, tenha que ministrar conteúdos programáticos e processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. É preciso que se defenda a formação acadêmica de origem do professor e a formação futura de cidadãos conscientes!
Ao estabelecer quatro áreas de conhecimento – das ciências da natureza, das ciências humanas, das linguagens e da matemática – a contrariedade da linguagem e da matemática – a desvalorização da formação acadêmica de origem do professor e a substituição a outros

SEPE RJ - Oficial
13 de junho de 2021 às 16:00
REFORMA DO ENSINO MÉDIO - CARTA-MANIFESTO DOS PROFESSORES DO COLÉGIO ESTADUAL ARDANO DE ALMEIDA
Viva a carta manifesto de professores do CE Ardano de Almeida, criticando a reforma do ensino médio, que está sendo implementada pela SEEDUC.
Para ler o teor integral do documento, clique no link do site do Sepe abaixo:
<https://sepe.org.br/manifesto-carta-manifesto-dos-professores-colégio-ardano-de-almeida/>

SEPE RJ - Oficial
13 de junho de 2021 às 10:02
MANIFESTO DO C.E. PAULO DE FRONTEIN CONTRA O NOVO ENSINO MÉDIO E A BNCC
Os profissionais de educação do Colégio Estadual Paulo de Frontein lançaram manifesto/abaixo-assinado para divulgar a "total insatisfação e repúdio pela forma como a discussão e implementação do Novo Ensino Médio (NEM) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) vêm sendo feita", na rede estadual de ensino RJ.
Segundo o texto, não estão sendo garantidas mínimas condições necessárias para uma implementação de uma reforma desta magnitude que o "processo seja imediatamente suspenso".
Leia o manifesto em nosso site:
<https://www.sepe.org.br/profissionais-estaduais-paulo-de-frontein-lancam-manifesto-novo-ensino-medio-e-bncc/>

SEPE RJ - Oficial
13 de junho de 2021 às 10:02
CARTA-MANIFESTO DE PROFESSORES DO CEJA UNIDADE DE DUAQUE DE CARLOS CONTRA A REFORMA DO ENSINO MÉDIO
Após termos comunicado para direção do CEJA Unidade de Duque de Caxias, que tivemos acesso ao referido documento em forma de questionário, uma vez que permitiu a BNCC, enviada pelos professores, decidimos demonstrar nossa insatisfação pela forma que ele nos chegou, não sendo debatido e discutido para ser aplicado, não sendo possível a implementação do novo ensino médio a partir do BNCC.
Porém, contrários para o não preenchimento do formulário mesmo sabendo que, neste primeiro momento, a construção do material está feita no âmbito do Conselho Estadual de Educação e Competências

Clique aqui e leia o relatório do GT do Sepe sobre o NEM

clique e acesse nossas redes sociais:

